

Resumo executivo



2022

# Estudo Econômico da América Latina e do Caribe

Dinâmica e desafios do investimento para  
impulsionar uma recuperação sustentável  
e inclusiva



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

# Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.



[www.cepal.org/en/publications](http://www.cepal.org/en/publications)



[www.cepal.org/apps](http://www.cepal.org/apps)



2022

# Estudo Econômico da América Latina e do Caribe

Dinâmica e desafios do investimento para  
impulsionar uma recuperação sustentável  
e inclusiva



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

**Mario Cimoli**  
Secretário Executivo Interino

**Raúl García-Buchaca**  
Secretário Executivo Adjunto  
para Administração e Análise de Programas

**Daniel Titelman**  
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

**Sally Shaw**  
Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração da edição de 2022 foi dirigida por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação esteve a cargo de Daniel Titelman e Ramón Pineda Salazar.

Recebemos contribuições e comentários de Mario Cimoli, Wilson Peres e Vianka Aliaga. Agradecemos a colaboração da Divisão de Estatísticas, da Divisão de Comércio Internacional e Integração, da Divisão de Assuntos de Gênero, das sedes sub-regionais da CEPAL na Cidade do México e Port of Spain e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevideu e Washington, D.C.

As seções do primeiro capítulo, "Panorama regional", baseiam-se em insumos preparados pelos seguintes especialistas: Cecilia Vera, José Antonio Sánchez, Albert Bredt e Pablo Carvallo (tendências da economia mundial), Esteban Pérez Caldentey (liquidez global), Cecilia Vera, José Antonio Sánchez, Albert Bredt e Pablo Carvallo (contexto externo), Claudio Aravena (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Sonia Gontero e Sonia Albornoz (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar, Christine Carton e Alejandra Acevedo (preços), Noel Pérez Benítez, Michael Hanni, Ivonne González e Jean-Baptiste Carpentier (política fiscal), Ramón Pineda Salazar, Alejandra Acevedo, Christine Carton e Francis Peñaloza (política monetária, cambial e macroprudencial), Cecilia Vera, Pablo Carvallo, Albert Bredt e Patricia Weng (projeções econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e dos escritórios nacionais.

Os capítulos da segunda parte, "Dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva", foram coordenados por Daniel Titelman, Noel Pérez Benítez e Ramón Pineda Salazar. Em sua elaboração participaram: capítulo II, Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena e Viviana Friedman; capítulo III, Noel Pérez Benítez, Michael Hanni, Jean-Baptiste Carpentier, Valeria Torres e Lucy Winchester; capítulo IV, Ramón Pineda Salazar e Claudio Aravena; utilizaram-se materiais preparados pelos consultores Jorge Valverde e Emilio Castillo. Além disso, contou-se com a colaboração das sedes sub-regionais e dos escritórios nacionais da CEPAL, da Divisão de Recursos Naturais e do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES).

As notas sobre os países foram elaboradas pelos seguintes especialistas: Alejandra Acevedo, Olga Lucía Acosta, Sonia Albornoz, Dillon Alleyne, Anahí Amar, Claudio Aravena, Fernando Balbuena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, A. Randolph Gilbert, Sonia Gontero, Enrique González, Camila Gramkow, Michael Hanni, Michael Hendrickson, Álvaro Lalanne, Jesús López, Ana Luíza Matos, Sheldon McLean, Carlos Mussi, Roberto Orozco, Ramón Padilla, Machel Pantin, Francis Peñaloza, Juan Pérez, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, José Porcile, Bladimir Quiguana, Juan Carlos Rivas, Indira Romero, José Antonio Sánchez, Jesús Santamaría, Nyasha Skerrette, Cecilia Vera e Francisco Villarreal. Sonia Albornoz coordenou o anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Ivonne González, Michael Hanni e Ramón Pineda Salazar.

---

Publicação das Nações Unidas

LC/PUB.2022/11

Distribuição: G

Copyright © Nações Unidas, 2022

Todos os direitos reservados

Impresso nas Nações Unidas, Santiago

S.22-00608

---

#### Notas explicativas

- Os três pontos (...) indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

- O travessão (-) indica que a quantidade é nula ou desprezível.

- A vírgula (,) é usada para separar os decimais.

- A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

- A barra (/) colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2013/2014) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

- Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados parciais e as porcentagens apresentados nos quadros nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2022, Resumo Executivo* (LC/PUB.2022/11), Santiago, 2022.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente se solicita que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.



## Apresentação e resumo executivo

---



## Apresentação

Em sua edição número 74, que corresponde a 2022, o *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe* consta de três partes. A primeira resume o desempenho da economia regional em 2021 e analisa sua evolução nos primeiros meses de 2022, bem como as perspectivas de crescimento para este mesmo ano. Também examina os fatores externos e internos que incidiram no desempenho econômico da região em 2021 e sua evolução em 2022, bem como a maneira em que condicionarão o crescimento econômico nos próximos anos.

A segunda parte do relatório expõe alguns dos principais desafios em matéria de investimento que a região enfrenta para impulsionar um crescimento econômico sustentável e inclusivo. Examina a evolução do investimento total nos últimos 70 anos, ressaltando a profunda mudança que ocorreu depois da crise da dívida dos anos 80, que se traduziu em desaceleração do investimento a partir dos anos 90. Também mostra como é baixo o investimento público na América Latina e no Caribe, em termos relativos e absolutos, e como se situou significativamente abaixo dos níveis registrados pelas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia nas últimas décadas, período em que os países asiáticos construíram economias dinâmicas e diversificadas. O fluxo limitado de investimento redundou em um acervo de capital público insuficiente para prestar os serviços econômicos e sociais necessários a fim de dinamizar o crescimento e assentar as bases para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Por último, examina as oportunidades e desafios em matéria de investimento que as indústrias do cobre, ferro e lítio enfrentam na região no âmbito da transição energética, enfatizando o papel dos chamados fatores verdes. Num contexto de crescente demanda de minerais, as políticas públicas devem contribuir para transformar o setor da mineração, privilegiando tanto a gestão do impacto da atividade na sociedade e no meio ambiente como as considerações econômicas.

A terceira parte, que está disponível no site da CEPAL ([www.cepal.org](http://www.cepal.org)), corresponde às notas sobre o desempenho econômico dos países da América Latina e do Caribe em 2021 e no primeiro semestre de 2022, bem como aos respectivos anexos estatísticos. A informação que se apresenta foi atualizada em 15 de julho de 2022.



## Resumo executivo

### A. Relatório macroeconômico regional e perspectivas para 2022

Os países da América Latina e do Caribe enfrentam um panorama econômico e social muito complexo em 2022. A um mau desempenho econômico se somam fortes pressões inflacionárias, baixo dinamismo da criação de empregos, quedas do investimento e crescentes demandas sociais. Esta situação traduziu-se em grandes desafios para a política macroeconômica, que deve conciliar políticas que impulsionem a reativação econômica com políticas dirigidas a controlar a inflação e dar sustentabilidade às finanças públicas.

Ao complexo cenário interno da região se soma um cenário internacional em que a guerra entre a Federação da Rússia e a Ucrânia provocou crescentes tensões geopolíticas, menor dinamismo do crescimento econômico, menor disponibilidade de alimentos e aumentos do preço da energia, aumentando as pressões inflacionárias que vinham ocorrendo em resultado dos choques de oferta gerados pela pandemia da doença causada pelo coronavírus (COVID-19).

Num contexto em que aumenta a incerteza sobre a dinâmica do crescimento e da inflação mundial e sobre a resposta da política monetária nas economias desenvolvidas, aumentou a volatilidade dos mercados financeiros internacionais, gerando condições mais onerosas para ter acesso ao financiamento, o que prejudica os países da região. Além disso, o dólar mostrou tendência à valorização em relação a quase todas as moedas, o que também atua em detrimento dos países da América Latina e do Caribe.

Durante o ano espera-se uma queda da demanda externa na região. Antes da guerra na Ucrânia já estava ocorrendo uma desaceleração da atividade econômica e se prognosticava que em 2022 o PIB mundial crescerá 4,4%, em comparação com um crescimento de 6,1% em 2021. Como consequência da guerra, espera-se que o PIB mundial cresça 3,1%. Nos Estados Unidos, espera-se um crescimento de 1,7%, muito abaixo dos 4% que se esperava antes do início do conflito. Também na zona do euro a revisão para baixo foi considerável e se projeta um crescimento de 2,6%, cifra 1,4 ponto percentual menor que a projetada antes de começar a guerra. Na China, a economia se desacelerou acentuadamente, após o crescimento de mais de 8% observado em 2021, e se espera uma taxa de crescimento em torno de 4% em 2022.

Assim como a dinâmica do crescimento, o comércio mundial foi afetado negativamente pela guerra entre a Federação da Rússia e a Ucrânia e se espera que cresça 3% em termos de volume, o que representa uma redução de 4,7% na projeção feita pela Organização Mundial do Comércio (OMC) antes do início do conflito.

Embora a Federação da Rússia e a Ucrânia tenham uma baixa participação no comércio mundial (1,9%), são produtores importantes de energia, alimentos, metais e fertilizantes, cujo fornecimento foi afetado pela guerra. Além disso, a interrupção da navegação e do comércio no Mar Negro afetou o transporte de alimentos e petróleo cru, enquanto a necessidade de desviar barcos dos portos ali situados em consequência do conflito se traduziu em aumentos dos custos de envio, que já se encontravam em níveis historicamente altos após o início da pandemia.

O conflito na Ucrânia intensificou a tendência ao aumento que os preços de produtos básicos já apresentavam desde a segunda metade de 2020, fazendo com que alguns deles alcançassem níveis históricos. Prevê-se que em 2022 os preços dos produtos básicos estarão em média 21% acima dos níveis registrados em 2021. Os produtos

energéticos mostrariam a maior alta, de 55% em relação aos níveis médios observados em 2021, enquanto os preços dos produtos agropecuários aumentariam 15%.

A inflação global média alcançou 7,2% em maio, nível que não se registrava desde meados de 2008, em plena crise econômica e financeira mundial. Por sua vez, a inflação média das economias emergentes alcançou 7,1% e a das economias avançadas 7,5%. Entre estas, a inflação nos Estados Unidos alcançou seu nível máximo em 40 anos (9,1%) em junho de 2022, enquanto na zona do euro alcançou 8,6% nesse mesmo mês, o nível mais alto desde a criação dessa moeda.

As pressões inflacionárias obrigaram os bancos centrais a retirar os estímulos monetários e aumentar as taxas de juros da política monetária com maior velocidade e intensidade do que previsto no início do ano. A Reserva Federal dos Estados Unidos elevou a taxa de juros em 150 pontos básicos nos primeiros sete meses do ano (para um nível entre 2,25% e 2,50%) e se projeta um nível entre 3,25% e 3,50% no fim do ano (no fim de 2021 a taxa prevista pelo mercado para o fim de 2022 era de somente 0,7%).

Por sua vez, o Banco Central Europeu, em sua reunião de julho, aumentou pela primeira vez em 11 anos suas taxas de referência em 50 pontos básicos (de cerca de 0% para cerca de 0,50%); em contraste com isso, no fim de 2021 a autoridade considerava o aumento da inflação como transitório e não dava sinais de elevação das taxas em 2022.

As perspectivas mais desfavoráveis da economia global, junto com a intensificação das pressões inflacionárias, repercutiram nos mercados financeiros mundiais. Acentuou-se o endurecimento das condições financeiras globais observado nos últimos meses, aumentou a volatilidade e ocorreu uma diminuição dos fluxos de capitais de carteira para os mercados emergentes.

Os mercados financeiros internacionais também foram afetados pela redução da liquidez global. Durante 2022 os principais bancos centrais do mundo, a Reserva Federal dos Estados Unidos, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e o Banco do Japão, mantiveram a trajetória descendente da taxa de crescimento da oferta monetária iniciada em 2021.

Embora o aumento do preço das matérias-primas tenha beneficiado os países da região exportadores de bens primários, em particular hidrocarbonetos e alimentos, para a média da região projeta-se uma queda de 7% dos termos de troca de produtos básicos. Como é usual, o comportamento variará de uma sub-região a outra, e o grupo dos países exportadores líquidos de hidrocarbonetos será o mais beneficiado com o aumento de 17% dos termos de troca de produtos básicos. Por outro lado, o aumento de preços da energia prejudica os importadores desses bens, em particular os países do Caribe (com exceção da Guiana e Trinidad e Tobago) e os países centro-americanos, cujos termos de troca de produtos básicos se deteriorarão. No caso da América do Sul, o efeito é misto: alguns países são produtores de petróleo, de maneira que se beneficiarão do maior preço, mas ao mesmo tempo importam produtos refinados, que atualmente são comercializados a um maior preço.

Espera-se que em 2022 o valor das exportações aumente 22% e o das importações 23%. Como resultado, projeta-se que o saldo da conta de bens da região apresente um superávit menor do que o de 2021 (0,3% do PIB, em comparação com 0,4% do PIB em 2021).

O déficit da balança de rendimentos aumentaria em 2022, em concordância com os maiores pagamentos de juros da dívida ao exterior e maiores envios de lucros de empresas estrangeiras para o exterior. Por sua vez, o superávit da balança de transferências seguiria aumentando em 2022 (até 2,7% do PIB), sobretudo devido ao contínuo crescimento das remessas para a região, a principal rubrica desta conta.

Devido a isso, a conta corrente do balanço de pagamentos seria novamente deficitária em 2022 (-1,4% do PIB), num nível similar ao de 2021 (-1,5% do PIB). Isto seria um resultado do aumento do superávit da balança de transferências correntes, que compensaria a leve deterioração das outras contas (balança de bens, balança de serviços e balança de rendimentos).

Depois de em 2021 a região ter sido receptora líquida de capitais —com um superávit na conta financeira de 2,8% do PIB, que lhe permitiu acumular reservas internacionais, além de financiar o déficit da conta corrente—, os dados disponíveis sobre o primeiro trimestre de 2022 mostram que a entrada de fluxos se desacelerou. Isto é explicado pelo maior rigor das condições financeiras mundiais, principalmente a partir do início da guerra na Ucrânia, o que incidiu de forma negativa nas opções de acesso ao financiamento externo por parte das economias emergentes, inclusive os países da América Latina e do Caribe.

Após se manterem estáveis em 2021, as emissões de dívida da região nos mercados internacionais apresentaram uma queda nos primeiros quatro meses de 2022, refletindo a maior incerteza e volatilidade financeira que prevaleceu a partir de março do mesmo ano.

O risco soberano da América Latina manteve-se estável durante 2021, mas nos primeiros quatro meses de 2022 as turbulências no cenário mundial se manifestaram numa tendência à alta do indicador, que alcançou 438 pontos básicos no fim de abril.

No primeiro trimestre de 2022 o crescimento do PIB da América Latina começou um processo de desaceleração, após as altas taxas de crescimento registradas em 2021. Na região, quase dois anos após o início da crise da pandemia de COVID-19, no quarto trimestre de 2021 o PIB alcançou os níveis anteriores à crise, superando em 0,4% o valor alcançado no quarto trimestre de 2019. Contudo, a partir do primeiro trimestre de 2022, depois da forte recuperação de 2021, as taxas de crescimento estão experimentando uma acentuada desaceleração.

Em termos sub-regionais, observou-se tanto na América do Sul como no México e na América Central uma desaceleração das taxas de expansão no primeiro trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Em 2021, ambas as sub-regiões apresentaram processos de recuperação de acordo com a magnitude do impacto provocado pela crise da pandemia, em que os choques internos foram de magnitude semelhante, ao mesmo tempo que a intensidade do choque externo foi diferente. A magnitude do impacto externo foi superior no México e na América Central, dado que suas economias estão vinculadas principalmente ao ritmo de expansão dos Estados Unidos, país que foi muito afetado pela pandemia.

Estima-se que no primeiro trimestre de 2022 as economias da América do Sul crescerão a uma taxa média de 2,3%, cifra inferior em 1,2 ponto percentual à registrada no trimestre anterior. De igual maneira, as economias da América Central se desaceleraram em torno de 3,5 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o último trimestre de 2021, alcançando uma taxa de crescimento de 5,7%. Se levamos em conta a América Central e o México em conjunto, observamos que a desaceleração teve início no último trimestre de 2021 e que no primeiro trimestre de 2022 se manteve o baixo ritmo do trimestre anterior, com um crescimento de 2,3% em relação ao mesmo período de 2021.

As cifras mensais com ajuste sazonal sugerem uma intensificação da desaceleração no segundo trimestre de 2022, pois o dinamismo do ritmo econômico, após ter diminuído pela metade no primeiro trimestre, voltaria a diminuir um terço no segundo trimestre. Este menor dinamismo é resultado tanto do fim da recuperação pós-pandemia e das sequelas deixadas pela crise da pandemia, como dos efeitos negativos da guerra

na Ucrânia. Como aconteceu em crises anteriores, os efeitos diferem nas diversas sub-regiões e países da região. O aumento dos preços dos produtos básicos afeta os países de maneira desigual, já que o grau de dependência de cada país em matéria de petróleo, gás e outros produtos primários determina seus impactos econômicos.

Desde o primeiro trimestre de 2021, a demanda interna expandiu-se a uma taxa interanual superior à do PIB. Este comportamento em 2021 é explicado pela recuperação tanto do consumo privado como do investimento, enquanto a contribuição das exportações líquidas ao crescimento do PIB foi negativa. No primeiro trimestre de 2022, o PIB da América Latina e do Caribe cresceu 2,3% em relação ao mesmo período do ano anterior e a demanda interna aumentou 4,6%, impulsionada majoritariamente pelo consumo privado.

O ajuste da atividade ocorreu com uma acentuada diferença entre o comportamento do consumo privado e o investimento. O consumo privado, após apresentar desaceleração até o quarto trimestre de 2021, manteve sua taxa de crescimento e conservou sua contribuição em níveis elevados. Os dados do primeiro trimestre de 2022 indicam que, ao contrário do previsto, o consumo privado não continuou perdendo dinamismo. Diferentemente do consumo, o investimento perdeu dinamismo no primeiro trimestre do ano e cresceu apenas 1,2% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A estagnação do investimento ocorreu tanto no componente da construção como no de máquinas e equipamentos. A construção foi afetada pelo aumento dos custos do crédito e pela estagnação da demanda. Por sua vez, o componente de máquinas e equipamentos também foi afetado, e nisso ressalta o menor dinamismo das importações de bens de capital em consequência da desvalorização das moedas, que elevou seu custo. Apesar de em 2021 o investimento ter apresentado altas taxas de crescimento, que permitiram sua recuperação, esta não alcançou os níveis anteriores ao início da pandemia, devido à defasagem que se observa na construção. A atividade da construção também aumentou trimestralmente, mas ainda não superou os níveis prévios ao choque da COVID-19.

Sob uma perspectiva setorial, observa-se que a expansão da atividade econômica no primeiro trimestre de 2022 foi liderada pelos setores de serviços: transporte e comunicações, comércio, hotéis e restaurantes e serviços financeiros e empresariais. Em menor medida, a indústria manufatureira e a construção contribuíram para manter o dinamismo. Após a reabertura das economias durante 2021, houve uma forte recuperação dos setores de atividade econômica mais castigados pela pandemia. Em todos eles observou-se um aumento generalizado da atividade; contudo, este aumento é explicado em parte pela baixa base de comparação que o ano de 2020 representa, associada ao efeito da pandemia.

Em concordância com a desaceleração que já se evidenciava na primeira metade do ano, depois do crescimento de 6,5% registrado em 2021, projeta-se que em 2022 o PIB da América Latina e do Caribe apresente uma taxa de crescimento de 2,7% em média, voltando à trajetória de baixo crescimento que exibiu antes do início da pandemia. Projeta-se que a América do Sul crescerá 2,6% (em comparação com 6,9% em 2021), o grupo formado pela América Central e México 2,5% (em comparação com 5,7% em 2021) e o Caribe— a única sub-região que crescerá mais do que em 2021—4,7%, sem incluir Guiana (em comparação com 4,0% no ano anterior).

De acordo com a dinâmica da atividade econômica, deve-se destacar que, desde o segundo trimestre de 2021, o número de pessoas empregadas aumentou, mas o ritmo de crescimento se desacelerou. Depois da forte queda registrada em 2020, o número de pessoas empregadas na região se recuperou. Até o primeiro trimestre de 2021, as taxas de crescimento continuaram negativas, mas a partir do segundo trimestre desse ano observam-se taxas de crescimento positivas. Como era de esperar, a recuperação

da atividade econômica, o retorno a aulas presenciais e a relativa normalização das atividades cotidianas, em virtude do cancelamento das restrições à mobilidade aplicadas durante a etapa mais dura da pandemia, produziram uma recuperação do emprego na região. De fato, no segundo e no terceiro trimestre de 2021 o emprego cresceu a taxas de dois dígitos, 14% e 11%, respectivamente. No quarto trimestre de 2021 e no primeiro trimestre de 2022 o crescimento do emprego continuou sendo significativo, com taxas superiores a 7%, mas, de acordo com a hipótese de normalização, essas taxas tendem a cair. Mais de dois anos depois do início da pandemia, os níveis de emprego informados no primeiro trimestre de 2022 são similares aos registrados no quarto trimestre de 2019; quer dizer, o emprego na região recuperou os níveis anteriores à crise, mas foram necessários mais de dois anos para isso.

A normalização das atividades impulsionou uma recuperação das taxas de participação no mercado de trabalho na região e no fim de 2021 a taxa de participação foi de 62,6%. No entanto, a taxa média de participação das economias da América Latina e do Caribe registrada no primeiro trimestre de 2022 é 1 ponto percentual inferior à alcançada no quarto trimestre de 2019.

A taxa de desocupação manteve a tendência descendente desde o terceiro trimestre de 2020, quando alcançou 11,5%, o maior valor nas últimas três décadas, e caiu 3,3 pontos percentuais entre esse trimestre e o primeiro trimestre de 2022. Por sua vez, a taxa de desocupação do primeiro trimestre de 2022, de 8,2%, é 0,4 ponto percentual maior que a registrada no quarto trimestre de 2019. Isto significa que no fim do primeiro trimestre de 2022 havia 3,8% mais pessoas desocupadas do que no quarto trimestre de 2019.

Devido à recuperação observada na participação no mercado de trabalho e ao crescimento demográfico, o aumento do emprego não foi suficiente para absorver todas as pessoas que se integraram à população economicamente ativa (PEA); em resultado, no fim do primeiro trimestre de 2022 a taxa de ocupação (número de ocupados em relação à PEA), de 62,4%, foi menor do que a registrada no fim de 2019 (63,4%).

Em 2021 o emprego aumentou em todos os ramos de atividade. No entanto, no fim do quarto trimestre de 2021 somente a construção, os serviços básicos, outros serviços e os serviços financeiros e empresariais alcançaram níveis de ocupação similares aos do quarto trimestre de 2019. Devemos destacar que estes ramos de atividade concentram menos de um quarto do total de ocupados na região. Em contraste, atividades como os serviços comunitários, sociais e pessoais, o comércio e a indústria manufatureira, que costumam concentrar mais de 60% do emprego, ainda não recuperaram plenamente os níveis pré-crise. Os dados do primeiro trimestre de 2022, em comparação com os do mesmo trimestre de 2021, mostram que o crescimento da ocupação se manteve na maioria das atividades e alcançava cifras de dois dígitos no setor de restaurantes e hotéis (25,9%), construção (12,7%) e comércio (13,6%). No entanto, a ocupação na agricultura e nos serviços básicos registrava quedas interanuais de 6,3% e 2,0%, respectivamente. Vale a pena destacar que, apesar da considerável taxa de crescimento do setor de restaurantes e hotéis, o emprego nesta atividade no fim do primeiro trimestre de 2022 foi inferior ao registrado no quarto trimestre de 2019.

A recuperação do emprego foi generalizada nas diversas categorias de ocupação, que entre o segundo trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2022 apresentaram crescimentos a taxas intertrimestrais médias superiores a 2%, mais do dobro das taxas registradas no período pré-crise. Não obstante, no final do primeiro trimestre de 2022, somente o emprego das categorias de trabalhadores assalariados e por conta própria alcançou os níveis anteriores à crise.

Assim como o impacto da crise foi maior no caso do emprego das mulheres, a fase de recuperação do emprego também foi assimétrica. Enquanto a taxa de desocupação masculina passou de 10,4% no fim do segundo trimestre de 2020 para 6,9% no fim do primeiro trimestre de 2022, apresentando uma redução de 3,5 pontos percentuais, a taxa de desocupação feminina registrou uma diminuição de 2,1 pontos percentuais no mesmo período, ao passar de 12,1% para 10%. Outro elemento destacável é que, enquanto a recuperação do emprego dos homens se iniciou no segundo trimestre de 2020, quando a taxa de desocupação alcançou seu nível máximo, a recuperação do emprego das mulheres começou um trimestre depois, dado que neste caso o nível máximo foi alcançado no terceiro trimestre de 2020.

Antes da pandemia, a taxa de participação dos homens no mercado de trabalho era de 75% e a das mulheres de 52,7%. Depois do início da pandemia, ambas as taxas se contraíram e alcançaram seu menor valor no segundo trimestre de 2020, de 65,4% no caso dos homens e 43,4% no caso das mulheres. No fim do primeiro trimestre de 2022 as taxas de participação tanto dos homens como das mulheres não chegavam aos níveis pré-crise; no entanto, a taxa de participação feminina (51,4%) apresentava uma defasagem maior do que a taxa de participação masculina (74,2%) e, enquanto no caso das mulheres essa taxa representa 97,5% do valor registrado no quarto trimestre de 2019, no caso dos homens a taxa equivale a 99% do valor do fim de 2019. O atraso da reincorporação das mulheres no mercado de trabalho é condicionado pelo atraso na recuperação de setores econômicos que concentram o emprego feminino e pelo aumento da necessidade de cuidados que se manifestou com força após o início da pandemia.

No âmbito fiscal prevê-se que as receitas públicas, que alcançaram um nível historicamente alto em 2021, diminuam em relação ao produto. Os fatores que haviam impulsionado o crescimento das receitas tributárias durante 2021, como o dinamismo do consumo privado e a retirada das medidas de alívio tributário, se desvaneceram, ao mesmo tempo que se observa uma nova rodada de isenções tributárias como parte da resposta à alta dos preços da energia, dos alimentos e dos insumos agrícolas. Por outro lado, espera-se que em 2022 as receitas totais no Caribe aumentem como resultado da reativação da arrecadação dos impostos sobre o consumo e de maiores doações externas.

Espera-se que em 2022 o gasto público dos governos centrais diminua em relação ao produto, principalmente como resultado de uma redução dos subsídios e transferências correntes concedidos durante a etapa mais crítica da pandemia em 2020. Não obstante, as crescentes pressões que os países enfrentam pelo aumento dos pagamentos de juros e das medidas de apoio para impedir os efeitos da inflação nos grupos mais vulneráveis poderiam impedir em parte a redução projetada do gasto total, na medida em que se estender sua duração ou aumentar seu alcance. Os gastos em programas vinculados com a pobreza e o desemprego também poderiam aumentar num contexto de menor crescimento econômico e lenta recuperação do mercado de trabalho. No Caribe prevê-se que o gasto público aumente, refletindo o aumento dos gastos de capital.

Em 2022, espera-se que continue a redução do déficit global e que o resultado global dos governos centrais alcance uma média de -3,4% do PIB, frente a -4,2% do PIB em 2021 e -6,9% do PIB em 2020. No caso do Caribe, a dinâmica das receitas e despesas públicas esperadas deixaria o resultado global estável, com um déficit global de 3,6% do PIB em 2022.

A dívida pública na América Latina baixou levemente em relação ao produto no primeiro trimestre do ano, mas se manteve em níveis altos, similares aos observados há 20 anos. Em março de 2022, a dívida pública bruta dos governos centrais da sub-região

alcançou 52,1% do PIB, frente a 53,4% do PIB em dezembro de 2021. Por outro lado, no Caribe observou-se também uma leve melhoria, já que a média caiu para 84,1% do PIB no primeiro trimestre de 2022, em comparação com 88,1% do PIB no fim de 2021. Não obstante, o nível de endividamento dos países do Caribe se mantém elevado e em seis deles a dívida pública bruta supera 90% do PIB. Num contexto de alto endividamento, as maiores taxas de juros, a desvalorização das moedas e os maiores níveis de risco soberano representam para os países da região um desafio importante com relação ao manejo dos passivos e o acesso ao financiamento.

Embora os aumentos da dívida e a conjuntura econômica gerem um cenário complexo para a política fiscal, devem-se evitar os ajustes fiscais prematuros e drásticos; essa política deve apontar para um novo pacto fiscal em que se firmem as bases de um quadro de sustentabilidade fiscal concentrado no aumento das receitas permanentes para atender às necessidades de bem-estar, investimento e sustentabilidade ambiental que a cidadania reclama. Na formulação dessa política, é crucial fortalecer a mobilização de recursos permanentes para responder às crescentes demandas sobre o gasto público. As receitas públicas foram historicamente insuficientes para acompanhar o gasto, o que resultou em um viés deficitário e uma pressão contínua sobre os níveis da dívida.

As receitas tributárias, a principal fonte de recursos na região, são baixas e com um viés para impostos regressivos. Isto se traduz em que a principal lacuna tributária entre a região e os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se apresente na arrecadação direta, particularmente do imposto sobre a renda pessoal, o que, por sua vez, limita o poder redistributivo do sistema tributário.

Como complemento ao fortalecimento da base arrecadadora, é necessária uma perspectiva estratégica da política do gasto público para melhorar sua eficácia. É importante focar as intervenções do setor público em ações que tenham um alto rendimento econômico, social e ambiental. O gasto público deve não só atender as necessidades da conjuntura —proteger as famílias e a estrutura produtiva—, mas também firmar as bases para um desenvolvimento sustentável e inclusivo no médio e longo prazo. Como assinalou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), existem oportunidades de potencializar setores estratégicos, como a economia digital, a economia circular, a pesquisa e o desenvolvimento e as energias limpas, entre outros. Ao mesmo tempo, é fundamental responder às carências dos sistemas de proteção social, que ficaram em evidência durante a pandemia de COVID-19, assim como fechar numerosas lacunas em matéria de infraestrutura resiliente que permitiria mitigar os efeitos da mudança climática. Neste âmbito, o investimento público torna-se uma ferramenta-chave para dinamizar o crescimento econômico e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esta mudança no paradigma da política fiscal deve basear-se numa nova geração de pactos fiscais e sociais. O fortalecimento da arrecadação dos impostos sobre a renda, propriedade e riqueza exige necessariamente um acordo sobre o princípio segundo o qual quem conta com mais recursos deve contribuir mais. Ao mesmo tempo, é fundamental melhorar a provisão de bens e serviços públicos de qualidade. Neste contexto, é indispensável melhorar a eficiência, a eficácia e a equidade do gasto público, assim como priorizar esse gasto em ações —particularmente investimento e proteção social— que dinamizem o crescimento econômico e incidam positivamente no bem-estar social. Vista assim, a política fiscal teria o potencial de impulsionar uma nova trajetória de desenvolvimento na região, com base na construção de economias dinâmicas e sociedades mais igualitárias.

De maneira concomitante com o aumento das pressões inflacionárias na economia internacional, a inflação nas economias da América Latina e do Caribe também se acelerou e em junho de 2022 alcançou uma média de 8,4%, que equivale a mais do

dobro do valor médio registrado no período 2005-2019. No âmbito sub-regional, em junho de 2022 as economias da América do Sul apresentavam em média o maior nível de inflação (8,7%), seguidas pelas economias do grupo formado pela América Central e México (7,7%) e as do Caribe de língua inglesa (7,4%).

A aceleração da inflação manifestou-se nos diversos componentes do índice de preços ao consumidor (IPC), em especial nos alimentos e na energia. Os preços destes itens registraram um aumento que não se via desde 2008. No que diz respeito à inflação subjacente, que exclui os preços dos alimentos e da energia, observa-se uma tendência à alta desde janeiro de 2021; em dezembro de 2021 a inflação subjacente chegou a 4,8% e no final do primeiro semestre de 2022 foi de 7,1%.

Ao decompor o IPC em bens e serviços, observa-se que a inflação de bens (exportáveis) tendeu a ser maior que a de serviços, o que reflete a mudança nos padrões de gasto dos domicílios da região em detrimento dos serviços, assim como os efeitos da guerra na Ucrânia. No fim do primeiro semestre de 2022, a inflação de bens foi de 10,7%, enquanto a de serviços foi de 7%.

A aceleração da inflação regional, assim como a da inflação mundial, foi impulsionada por choques de oferta e de demanda, cuja importância relativa mudou ao longo do tempo. As interrupções na oferta e o aumento dos preços de bens primários, em especial da energia e dos alimentos, impulsionaram um aumento da inflação durante 2021. Problemas persistentes nas cadeias de abastecimento no âmbito mundial fizeram com que a oferta global, longe de poder se adequar ao impulso adicional da demanda após o começo da recuperação pós-crise, se visse reduzida, o que deu um impulso adicional à inflação mundial, que também se transmitiu para a região. Embora no fim de 2021 as estimativas apontassem para uma queda da trajetória da inflação no mundo e na região, dado o comportamento que se previa nos preços dos bens primários, a guerra na Ucrânia provocou uma mudança na dinâmica da inflação, que se traduziu tanto em um aumento da taxa observada como em uma revisão para cima das projeções da inflação. Esse conflito não só impactou o aumento dos preços da energia e dos alimentos, mas também agravou os problemas nas cadeias de abastecimento global, que ainda não se haviam recuperado dos problemas originados durante a pandemia.

A dinâmica futura da inflação na região está muito ligada ao que ocorre com a inflação mundial, já que seus determinantes são muito similares. Por isso, caso persistam os efeitos da guerra na Ucrânia nos preços das matérias-primas, em particular da energia e dos alimentos, a inflação se manterá elevada. Por outro lado, mantendo-se os níveis atuais de volatilidade cambial e a tendência à valorização do dólar nos mercados internacionais, o custo dos bens e insumos importados seguirá crescendo e, em consequência, também a inflação. Os fatores de demanda que podem ter desempenhado um papel em 2021 não parecem ser relevantes para entender a dinâmica da inflação no futuro, dadas as contínuas revisões para baixo das estimativas do PIB e da demanda agregada.

As autoridades da região adotaram políticas monetárias e cambiais para tratar de mitigar os efeitos diretos e indiretos derivados da inflação e das variações da taxa de câmbio, mas estes esforços poderão alterar o curso da inflação no médio prazo, aumentando-a, na medida em que podem reduzir os planos de investimento no médio e longo prazo e, com isso, afetar a oferta futura de bens e serviços.

No entanto, parecem necessárias outras medidas dirigidas a frear a transferência da inflação externa (elevação dos preços dos alimentos e da energia) para as economias da região, não só para prevenir uma maior deterioração da qualidade de vida das pessoas, mas também para evitar que a dinâmica inflacionária se difunda a outros componentes da cesta de consumo por meio do aumento dos custos de produção.

Em geral, a resposta das autoridades ao aumento da inflação foi uma política monetária mais contracionista, com uma taxa de juros em alta e agregados monetários em desaceleração. Em março de 2021, o banco central do Brasil foi o primeiro a aumentar sua taxa de política monetária, sendo seguido pela maioria das autoridades monetárias da região que optaram pelo sistema de meta de inflação; só o banco central de Honduras manteve sem modificação sua taxa de política monetária. Quanto à magnitude dos ajustes, a taxa de política monetária do Brasil é a que experimentou a maior variação em termos absolutos, 11,25 pontos percentuais, ao passar de 2,0% em dezembro de 2020 para 13,25% em julho de 2022, seguida pela taxa de política monetária do Chile, que aumentou 9,25 pontos percentuais, ao passar de 0,5% em dezembro de 2020 para 9,75% em julho de 2022. A taxa de política monetária que experimentou a menor variação foi a da Guatemala, que aumentou 0,5 ponto percentual entre dezembro de 2020 e julho de 2022. Vale a pena destacar que, dados os ajustes das taxas de política monetária e as expectativas de inflação para 12 meses informadas pelos bancos centrais da região, na maioria dos casos as taxas de política monetária são positivas em termos reais, com exceção da Guatemala, Jamaica e República Dominicana.

Os agregados monetários mantiveram a desaceleração que vinha sendo observada desde março de 2021, o que reflete a “normalização” da política monetária como resultado da redução dos diferentes estímulos adotados para enfrentar a pandemia. Em 2020, as medidas adotadas pelos bancos centrais provocaram um importante crescimento da base monetária, mas o ritmo de crescimento se desacelerou a partir do primeiro trimestre de 2021 e se manteve baixo desde então. Esta dinâmica ocorreu independentemente do sistema no qual se enquadra a política monetária e cambial, ainda que com pequenas variações.

Nos primeiros seis meses de 2022 acentuaram-se a volatilidade cambial e a tendência à desvalorização das moedas na maioria das economias da região, o que motivou um aumento das intervenções nos mercados cambiais e um maior uso das reservas internacionais.

Para as autoridades monetárias da região a atual conjuntura apresenta o grande desafio de atender as pressões inflacionárias sem ralentar ainda mais o crescimento. Por isso, é necessário manter o espaço de políticas, mediante um uso complementar das políticas fiscal, monetária, macroprudencial e cambial, coordenando e calibrando suas decisões. Isto é particularmente importante em um contexto de alta inflação, menores expectativas de crescimento e possível intensificação dos riscos macrofinanceiros.

Ante a natureza do processo inflacionário, em que tendem a prevalecer choques sucessivos de oferta, e um elevado grau de incerteza acerca de sua persistência e magnitude, um maior aumento do uso da taxa de política monetária tenderia a complexificar ainda mais os dilemas a respeito da estabilização macroeconômica, ao mesmo tempo que poderia subordinar implicitamente os riscos de instabilidade financeira nas decisões de política. Na atualidade, a política macroprudencial na região conta com uma margem de manobra relativamente ampla e pode ajudar na condução da política monetária por seus efeitos macroeconômicos diretos no ciclo creditício, com o objetivo de preservar a estabilidade financeira, assim como por seus efeitos indiretos, em particular sobre o nível dos preços e o crescimento. A literatura destaca que a resposta da inflação a medidas macroprudenciais é especialmente relevante em ambientes de desenvolvimento financeiro baixo, alto nível de endividamento e menor grau de abertura financeira.

A transmissão da política macroprudencial ao setor real é explicada em grande parte por seus impactos diferenciados em comparação com os impactos de amplo espectro e indiferenciados das alterações na taxa de política monetária, em particular com relação aos componentes das variações da demanda agregada. Assim, ao atenuar

a exposição do setor bancário aos riscos derivados do comportamento dos domicílios e das empresas, uma política macroprudencial mais focalizada permitiria reduzir o aumento do crédito ao consumo, sem afetar de maneira significativa a dinâmica do investimento. Adicionalmente, as medidas macroprudenciais coordenadas com outras medidas fiscais, financeiras e setoriais poderiam apoiar a reativação de certos setores cuja recuperação está defasada.

## B. Dinâmica e desafios do investimento para impulsionar uma recuperação sustentável e inclusiva

A segunda parte do *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2022* examina a dinâmica da formação bruta de capital fixo pública e privada nos países da região. O capítulo II examina a evolução do investimento total nos últimos 70 anos. Um primeiro elemento que se destaca é a profunda mudança observada na dinâmica do investimento na região depois da crise da dívida da década de 1980, com uma desaceleração do investimento a partir da década de 1990. Entre 1951 e 1979 a formação bruta de capital fixo (investimento) em termos reais cresceu em média 5,9% ao ano, enquanto entre 1990 e 2021 a taxa média de crescimento do investimento foi de 2,9% ao ano. Cabe assinalar que, depois da crise do período 1980-1989, o período 2013-2021 é o de pior desempenho.

O investimento como proporção do PIB foi sistematicamente mais baixo a partir dos anos 80, depois de alcançar 22%, a média máxima por década, na década de 1970; quer dizer, a região nunca destinou mais de 25% do PIB ao investimento. Devido a esta situação, as economias da América Latina e do Caribe mostram uma relação entre investimento e produto menor que outras economias emergentes.

O capítulo II também destaca que, a partir dos anos 90, o investimento tornou-se mais volátil e apresentou ciclos de contração mais frequentes, mais intensos e de maior duração. Entre 1950 e 1980 somente foram registrados três episódios de contração do investimento, em 1953, 1958 e 1977, nenhum dos quais durou mais de um ano, e somente a contração de 1953 superou 0,5%. Nesse período, os episódios de expansão do investimento foram a norma e a fase expansiva de maior duração foi de 18 anos, nos quais se registrou um aumento acumulado de 240%. Depois de 1981, o investimento se contraiu em 15 oportunidades e ocorreram contrações de dois anos ou mais nos períodos 1981-1983, 2001-2003, 2014-2016 e 2019-2020. Quanto à magnitude das quedas, em cinco ocasiões superaram 5% e em quatro foram superiores a 10%. No que se refere à fase expansiva, a mais prolongada teve lugar entre 1988 e 1994, com um aumento acumulado do investimento de 37,8% e uma taxa média de crescimento de 5,4%. Outros dois episódios de expansão ocorreram nos períodos 2003-2008 e 2009-2013, com durações de 5 e 4 anos, respectivamente, e taxas médias de crescimento de 10,1% e 6,7%, respectivamente.

Em termos de composição, desde os anos 90 o investimento em máquinas e equipamentos foi o que cresceu a um maior ritmo. De fato, entre 1990 e 2020 o investimento em construção cresceu em média 2,8% ao ano, enquanto o investimento em máquinas e equipamentos aumentou em média 4,4% ao ano.

Quanto aos setores de atividade, os investimentos em transporte e comunicações, comércio e mineração foram os mais dinâmicos desde 1990, aumentando sua participação no investimento total. Contudo, as atividades que concentram a maior porcentagem do investimento na região são a manufatura (22,7%) e os serviços gerais (21,1%).

A região enfrenta um grande desafio em matéria de investimento. Para que as economias da região alcancem uma trajetória de desenvolvimento sustentável, inclusivo e que permita reduzir a pobreza e a desigualdade e fazer as mudanças necessárias para diminuir as emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), é preciso um aumento considerável do investimento. Esse aumento do investimento permitiria reduzir os problemas de coordenação que inibem a adoção de novas e melhores tecnologias e que, em consequência, impedem o necessário aumento da produtividade nas economias da região. O maior investimento deve ser feito em capital humano, físico, social e natural. Uma parte importante do financiamento para aumentar o investimento deve provir da mobilização de recursos internos, mas a cooperação internacional deve acompanhar este processo. Por isso, a assistência oficial ao desenvolvimento e o financiamento de instituições financeiras globais e dos bancos de desenvolvimento devem aumentar de maneira significativa.

O capítulo III deste estudo argumenta que o investimento público na América Latina e no Caribe é baixo em termos absolutos e relativos em comparação com outras regiões do mundo. Em média, a formação bruta de capital fixo do governo geral na região foi significativamente inferior à registrada nas economias emergentes e em desenvolvimento da Ásia nas últimas décadas, período em que os países asiáticos construíram economias dinâmicas e diversificadas. Por sua vez, o limitado fluxo de investimento se traduziu em um acervo de capital público insuficiente de modo a prover os serviços econômicos e sociais necessários para dinamizar o crescimento e assentar as bases para um desenvolvimento sustentável e inclusivo na região. Infelizmente, o investimento público foi concebido como a principal variável de ajuste fiscal durante o último decênio, o que enfraqueceu o crescimento potencial e deixou a região mais exposta ao impacto da crise da pandemia de COVID-19.

Neste sentido, é fundamental reforçar a resiliência das sociedades da região ante a perspectiva de riscos sanitários, ambientais e macroeconômicos, entre outros, que poderiam afetar o cumprimento dos ODS até 2030. Uma tarefa relevante para que as economias sejam mais resilientes e produtivas no médio e longo prazo consiste em formular políticas de investimento integrais orientadas às metas de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, fortalecer os projetos públicos de investimento e incentivar a participação privada em atividades que contribuam positivamente para os ODS. Os sistemas nacionais de investimento público e a formulação adequada de incentivos tributários ao investimento, entre outros instrumentos, têm um grande potencial para contribuir ao fechamento das lacunas estruturais de desenvolvimento na região.

Para que a política de investimento possa cumprir seus objetivos, há uma série de ações que deveriam ser empreendidas com vistas a assegurar uma correta articulação dos sistemas nacionais de investimento público com os incentivos tributários ao investimento, bem como resolver algumas limitações na formulação e implementação de ambos os instrumentos. No contexto da região é especialmente relevante alinhar de maneira flexível os programas de investimento com a política nacional de desenvolvimento; estabelecer um marco legal sólido que defina as responsabilidades institucionais e os mecanismos de coordenação interinstitucional; elaborar indicadores de desempenho para fazer o acompanhamento dos projetos em execução e medir seus resultados; identificar as iniciativas mais eficazes em função do custo sob o ponto de vista social, econômico e ambiental através de análises de custo-benefício; avançar na avaliação dos resultados diretos e indiretos dos projetos executados; e, finalmente, aumentar a transparência na execução de projetos de investimento através de novos mecanismos de prestação de contas ao poder legislativo e à sociedade civil.

Por último, o capítulo IV apresenta os desafios de investimento das indústrias do cobre, ferro e lítio na região, enfatizando o papel dos chamados fatores verdes. As mudanças que estão ocorrendo na economia mundial sob o novo paradigma

tecnoeconômico abrem novas oportunidades para os países produtores de minerais, dado que as novas tecnologias utilizam intensivamente estas matérias-primas.

Estima-se que no caso do cobre a demanda poderia crescer 30% até 2030, já que este seria um mineral transversalmente utilizado por todas as novas tecnologias, com baixa probabilidade de substituição. Quanto à indústria do ferro e aço, existe consenso em que a demanda seguirá aumentando à medida que as economias emergentes se desenvolvam e passem demograficamente do rural para o urbano.

Embora existam efeitos positivos no lado da demanda, adequar a produção aos novos padrões ambientais exigirá grandes esforços de investimento. A transição energética obrigará o setor da mineração a modificar suas tecnologias de produção. Para aproveitar a janela de oportunidade que o crescimento da demanda de minerais oferece e fazer com que o setor da mineração desempenhe um papel de protagonista na estratégia geral de desenvolvimento, os produtores de minerais devem fazer grandes esforços em matéria de investimento a fim de adequar a capacidade das empresas de mineração para ampliar sua produção num contexto de energias limpas. Os esforços a serem envidados são significativos e crescem em conformidade com as mudanças e restrições que a transformação energética implicar.

Os governos contam com um espaço no qual é possível contribuir para catalisar a transição energética das indústrias através de regulamentações; contudo, as regulamentações devem ser acompanhadas de outras políticas que promovam a mudança tecnológica para a descarbonização, impulsionando o investimento em pesquisa e desenvolvimento e a preservação do patrimônio ambiental e cultural da região.

[www.cepal.org](http://www.cepal.org)



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org](http://www.cepal.org)



LC/PUB.2022/11